

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1000934-96.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cartão de Crédito**  
 Requerente: **Banco Bradesco Cartões S.A.**  
 Requerido: **Nfa Intermediações Ltda**

**BANCO BRADESCO CARTÕES S.A.** pediu a condenação de **NFA INTERMEDIações LTDA** ao pagamento da importância de R\$ 237.831,97, haja vista o inadimplemento das faturas do cartão de crédito.

A ré foi citada e não contestou o pedido.

O autor requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (art. 344 do Código de Processo Civil). Ademais, os documentos juntados demonstram a relação jurídica estabelecida entre as partes, da qual decorre o débito devido pela ré.

Possivelmente ensejará polêmica a fixação dos honorários sucumbenciais, haja vista a previsão do § 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil, dando a compreender que a verba ficará entre 10% e 20% do valor atualizado da causa.

Conforme estabelece o § 8º do mesmo artigo 85, *nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto no § 2º.*

Se o arbitramento pode ser feito por equidade quando o valor da causa for muito baixo, por coerência também assim poderá acontecer quando o valor for muito alto, considerando os aspectos da própria causa. Tal qual se tem nos autos.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar o autor a importância de R\$ 237.831,97, com correção monetária e juros moratórios subsequentes aos já contabilizados na planilha de fl. 91, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos do autor fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 30 de maio de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**